

REFORMA Ambientalistas dizem que projeto reduz competência de conselho

Carta aberta denuncia esvaziamento do Cepram

REGINA BOCHICCHIO

Uma carta aberta endereçada ao governador Jaques Wagner (PT), protocolada na Casa Civil na tarde de quarta-feira e subscrita por 28 entidades ambientalistas e de classe, questiona a subtração da competência do Conselho de Meio Ambiente (Cepram) para avaliar e licenciar empreendimentos de grande porte, conforme preconizaria um dos projetos de lei da reforma administrativa do Executivo, previsto para dar entrada na Assembleia Legislativa hoje. Na avaliação dos manifestantes, o governo esvazia o poder do Cepram e abre brechas para que setores "com maior poder de fogo" façam prevalecer seus interesses.

Entidades como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e ONGs (Gambá, Germen, etc.) pedem ao governador que seja mantida a competência licenciatória "tal como definido na legislação vigente" e que a política ambiental seja marcada por mais "transparência". Essa é a primeira manifestação contrária ao suposto conteúdo do projeto de lei que trata da fusão dos órgãos ambientais Instituto de Águas e Clima (In-gá) e Instituto do Meio Ambiente (IMA), ligados à Secretaria de Meio Ambiente (Sema), comandada por Eugênio Spengler.

Agilização

Estratégica para o governo ampliar a atração de investimentos nas áreas industrial, turística e agrícola – e também com vistas à preparação do estado para a Copa do Mundo de 2014 – a agilização na concessão de licenças am-

O secretário de Meio Ambiente nega redução de competência do Cepram e diz que o governo apenas recoloca análises técnicas "no seu devido lugar"

Ambientalistas afirmam que o projeto não foi discutido suficientemente com o Conselho

bientais é um dos objetivos a serem alcançados com a fusão dos órgãos ambientais e o que o secretário Splenger chamou de otimização do papel do Cepram.

Com um órgão ambiental apenas os processos tendem a andar mais rapidamente. E, no caso do Cepram, passando de avaliador de licenças a normatizador da política ambiental, por meio de resoluções, o coletivo opinaria num caráter mais macro na questão ambiental, cortando essa etapa do processo para concessão das licenças.

Ou seja, a liberação para empreendimentos passaria somente pelo Poder Executivo. O Cepram hoje é formado

por 21 pessoas, sendo sete representantes de cada um dos três segmentos: governo, setor empresarial e sociedade civil organizada (ambientalistas, movimentos rurais e urbanos, etc.). A ideia do governo é também ampliar para 30 o número de pessoas, contemplando 10 integrantes de cada segmento.

Entidades temem perda do controle da situação

Para o presidente do CREA, Jonas Dantas, o "esvaziamento" do Cepram é situação "extremamente preocupante" e a agilização dos processos de licenciamento tem seu gargalo no Ima, que não dispõe de quadro técnico suficiente para dar conta da demanda. "Com essa prerrogativa imposta na lei, você pode perder o controle da situação e criar oportunidade para setores que tem maior poder de fogo fazerem valer seus interesses", diz Dantas.

Ao lado dele, Renato Cunha, da ONG Gamba, lembra que o projeto não foi discutido o suficiente com o Conselho e que todos desconhecem o conteúdo que será enviado ao Legislativo. "A gente não está compreendendo por quê. Se é para facilitar, liberar processos, a gente não é contra liberação de licenças contanto que esteja tudo dentro do que é previsto em lei".

O secretário de Meio Ambiente, Eugênio Splenger afirmou que o governo "está apenas recolocando análises técnicas no seu devido lugar", Lembra que a Constituição estadual não diz que o Conselho é licenciador, mas deliberativo de normas. O secretário deu a entender que o governo não pretende mudar nada no projeto de lei. "A participação maior não se dá no licenciamento. Fica-se (no Cepram) analisando licenças ambientais e não se discute causa de nada. Queremos que o Cepram discuta normas, o que é mais importante".

Sobre deficiência de quadro de pessoal e atrasos nos processos, o secretário revelou que serão diminuídos 25 cargos comissionados com a fusão do Ima com o Inga. Mas disse que o governador já garantiu a abertura de concurso público para pelo menos 10 quadros técnicos. "Tem de haver qualificação no quadro de licenciamento", afirmou..